

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense Class.: Índios / Educação

Data: 21/02/89 Pg.: LEDIR 0064

### Funai envolve prefeitura na educação dos índios

Com base no artigo 211 da Constituição federal, que estabelece em seu parágrafo 2º, ser o ensino fundamental, de atuação prioritária dos municípios, a Fundação Nacional do Índio — Funai está desenvolvendo um trabalho de interação com as prefeituras municipais, visando estabelecer os parâmetros para o cumprimento desse disposto e beneficiar os grupos indígenas que habitam as diversas regiões de Mato Grosso. Para isso, a Superintendência da Funai, sediada em Cuiabá — MT, já começou a desenvolver uma produção de diversos documentos, para enviar aos prefeitos que têm reservas situadas na jurisdição do seu município. Ao todo, em Mato Grosso, serão 25 prefeituras convocadas a participar desse processo.

Atualmente são poucas as prefeituras municipais que prestam assistência educativa às comunidades indígenas, ou seja, que, de fato, estejam cumprindo o disposto na Lei 6.001/73 — Estatuto do Índio. Essa lei estende também ao poder executivo municipal a competência para prestar assistência em todos os níveis aos índios e suas respectivas comunidades. O que ocorre, na maioria das vezes, é o desconhecimento do que está determinado em lei e a disposição de conferir a questão indígena como de exclusividade da Funai.

No documentário que será encaminhado às prefeituras municipais, além de traçar esse paralelo, a Funai vai mostrar a necessidade de participação do município para a definição do sistema educacional de cada comunidade beneficiada. Ela orienta ainda no sentido de que essa participação seja tratada de forma diferenciada, situando o contexto histórico cultural do grupo. "Os currículos, os programas, o calendário escolar e o material didático — observa o documentário — são concebidos refletindo as necessidades e interesses de cada comunidade".

Os prefeitos receberão ainda, desse documentário, todas as informações relativas à identificação e caracterização das escolas indígenas localizadas na jurisdição do município. Também constará o número de alunos, bem como as necessidades mais urgen-

tes no campo da escolarização. "Através desses dados a prefeitura terá condições de avaliar o trabalho que vem sendo desenvolvido e, a partir disso, estabelecer sua parcela de responsabilidade", salientou o chefe do serviço de educação, Edson Paulino de Oliveira.

A articulação com os organismos de esferas federal, estadual e municipal, especialmente na área de educação, tem sido uma constante em Mato Grosso. O ensino bilíngue, por exemplo, já alcançou quase todas as comunidades indígenas. Esse método tem como diretriz básica a preservação e o fortalecimento da cultura, da história e da identidade étnica de cada grupo. Ele vem sendo desenvolvido em conjunto com a Fundação Educar.

Existe em Mato Grosso, atualmente, 84 escolas instaladas em áreas indígenas, beneficiando um total de 35 grupos. Ao todo, são aproximadamente 3 mil 930 estudantes em processo de alfabetização cursando do pré-escolar à 4ª série. Segundo a Funai, os recursos disponíveis para a manutenção dessas escolas serão insuficientes, caso não haja essa participação efetiva do estado e dos municípios.

#### BRACUI

Dando continuidade à ação

### Rondônia já tem núcleo

Com o objetivo de reunir os vários segmentos envolvidos na educação e propiciar novos horizontes nesse campo às comunidades indígenas, será criado em Rondônia o Núcleo de Educação Indígena — NEI. A reunião que irá consolidar as diretrizes básicas de atuação desse Núcleo, acontecerá no começo de março, com data ainda a ser definida na sede da Secretaria Estadual de Educação e Cultura, e contará com a presença de representantes dos órgãos e entidades participantes.

A idéia principal do Núcleo é de levar para a mesa de discussão todas as ações a serem desenvolvidas no campo de educação indígena, para serem analisadas com maior profundidade pelos participantes. O Núcleo terá a repre-

sentação de duas fundações, a Funai e a Educar; de duas entidades indigenistas, o Cimi e a UNI; de um Instituto Linguístico, o Summer; e de duas secretarias de Estado, a de Educação e Cultura e a de Meio Ambiente.

de desapropriação impetrada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, foi concedida aos índios Guarani a imissão de posse relativa à área de Bracui, a cerca de 150 quilômetros do Rio de Janeiro e situada no município de Angra dos Reis. A imissão de posse significa, na prática, o reconhecimento da Justiça estadual quanto aos direitos dos índios sobre a terra indígena naquela região fluminense. Em princípio, os próximos passos seriam a eventual indenização do estado a habitantes brancos na área indígena Bracui e a doação da área à comunidade, tornando a terra dominial indígena, procedendo então a demarcação.

A superfície da área indígena Bracui ocupa 700 hectares e é habitada por 164 índios M'Biá, o subgrupo mais nômade da etnia Guarani. Segundo a crença na "terra sem males", onde tudo cresce e nada perece, os Guarani historicamente sempre rumaram para o leste em busca de seu lugar místico ideal e, de preferência, fixam-se em regiões litôrneas.

Os índios de Bracui praticam agricultura de subsistência, cultivam milho, mandioca, abóbora, feijão e banana, caçam pequenos animais existentes na área, e utilizam normalmente recursos primitivos de plantio e colheita.

Além do trabalho educacional a ser desenvolvido e executado com a participação do NEI, será realizado pelo Núcleo, junto às comunidades indígenas, trabalhos visando à preservação do meio ambiente. Em Rondônia é muito grande a preocupação com a degradação ambiental, sobretudo nas reservas indígenas, consideradas as últimas fronteiras de recursos naturais, e que já começam a sofrer constantes ataques devido à exploração irracional de suas riquezas.